

SISTEMA FAEP



# BOLETIM informativo

Ano nº 8 a 14 de dezembro  
XXIII 1034 de 2008

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

## PALESTRANTES DO EMPREENDEDOR



Aécio Neves, governador de Minas Gerais



Senadora Kátia Abreu



Senador Osmar Dias



Deputado Ricardo Barros



EMPREENDEDOR RURAL 2008

# Programa gera vanguarda para transformar o Paraná

Página 2



## EMPREENDEDOR RURAL 2008

# Programa gera vanguarda para transformar o Paraná

Mais de 3,5 mil produtores, trabalhadores e líderes sindicais participaram dia 1º de dezembro da formatura das novas turmas de Empreendedores Rurais do Paraná, no Expotrade, em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba. Entre os palestrantes, líderes nacionais como o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, a presidente eleita da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Kátia Abreu, o senador Osmar Dias, o vice-líder do Governo na Câmara Federal, deputado Ricardo Barros, e o prefeito de Curitiba, Beto Richa. O Programa Empreendedor Rural é uma parceira entre o SENAR-PR, SEBRAE, FETAEP e FAEP.

Em sua palestra, o governador Aécio Neves parabenizou o Sistema FAEP pela iniciativa. "É algo que o Brasil precisa conhecer e implementar", disse. Ao falar sobre a importância da qualificação pública para o desenvolvimento do País, o governador de Minas ressaltou que a boa administração do dinheiro público é o maior be-



**Ágide Meneguette: "Esses empreendedores têm à frente vários desafios, inclusive o desafio político. Trata-se de participação na vida comunitária, na vida do estado e do País".**

nefício para todos os brasileiros. "O Brasil precisará, o mais rápido possível, de uma transformação na compreensão do papel social do Estado.

Foi-se o tempo do paternalismo da administração pública", disse.

**Governador de Minas Gerais Aécio Neves: "É algo que o Brasil precisa conhecer e implementar"**

Ele ainda lembrou que, desde a década de 1970, o investimento público está em declínio. "Os investimentos continuam caindo", comentou. Quanto aos gastos do Governo Federal, Neves demonstrou preocupação. "O aumento dos gastos do governo é um dos maiores problemas para o próximo governo enfrentar", afirmou. Segundo o governador mineiro, esses gastos representam 19% do Produto Interno Bruto (PIB). "Temo que esses gastos sejam um pouco além disso. Estamos crescendo muito menos do que poderíamos crescer", disse.

Antes de dirigir a palavra aos empreendedores, a senadora Kátia Abreu pediu um minuto de silêncio pelas vítimas das enchentes em Santa Ca-





**Senadora Kátia Abreu (presidente eleita da CNA): “Se excluíssem a agropecuária do PIB brasileiro, teríamos uma balança comercial negativa e uma economia em frangalhos. Queremos ser tratados sem emoção, mas com justiça”.**

tarina. E conclamou os produtores a arrecadar alimentos para socorrer os catarinenses.

O desafio para a agricultura nos próximos anos, segundo Kátia Abreu, é “ser tratada à altura do que representa para o País”. “Se excluíssem a agropecuária do PIB brasileiro, teríamos uma balança comercial negativa e uma economia em frangalhos. Queremos ser tratados sem emoção, mas com justiça. Chega de mártires, somos empresários e precisamos de renda para nós e nossas famílias”, disse a senadora.

Durante o encontro, o senador Osmar Dias deu algumas boas notícias aos produtores. Disse que estão avançando as negociações com o Governo Federal para possibilitar que as Áreas de Preservação Permanente (APPs) sejam somadas ao cômputo dos 20% obrigatórios de Reserva Legal. Também confirmou o adiamento por um ano (31/12/2009) do prazo para averbar a área de Reserva Legal. E disse que há um consenso de que seria um retrocesso impedir o cultivo de vinhedos em encostas de morros e arroz em várzeas. O senador criticou o baixo per-

centual do orçamento do Paraná que sobra para investimento, para melhorar as estradas rurais, o atendimento à saúde e a segurança. “Se Minas Gerais consegue investir 11% do orçamento, por que o Paraná só consegue 5,6%?”, indagou Osmar Dias.

O recado do presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, foi no sentido de conquista de respeito e voz ativa: “Esses empreendedores têm à frente vários desafios, inclusive o desafio político. Trata-se de participação na vida comunitária, na vida do estado e do País. Nos últimos anos, os go-

**O senador Osmar Dias criticou o baixo percentual do orçamento do Paraná que sobra para investimento para melhorar as estradas rurais**





**Ademir Mueller, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná (FETAEP), que é parceira do Empreendedor Rural, destacou a terceira fase do programa, de incentivo a projetos associativos.**

**O presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE-PR e da Federação do Comércio do estado (FECOMÉRCIO), Darci Pianna, chamou atenção para a parceria em torno do Empreendedor Rural: "Não há outra solução que não as parcerias para evitar sobreposição de esforços, gastar menos e produzir mais"**



**O representante do Congresso Nacional no evento, o deputado federal Ricardo Barros, prometeu empenho para fazer avançar o seguro rural, o custeio agrícola e as mudanças na regulamentação da Reserva Legal**

## O prefeito de Curitiba, Beto Richa, elogiou a qualificação proporcionada pelo Programa Empreendedor Rural

vernos federal e estadual têm cometido erros e omissões que influem direta ou indiretamente em nossos custos de produção e nos preços de nossos produtos. Nosso interesse deve abranger desde os problemas das comunidades, que podem ser resolvidos nas prefeituras e câmaras municipais, até decisões que afetam a nossa vida e que estão no âmbito dos governos e passam pela Assembléia Legislativa e Congresso Nacional”, afirmou.

Ademir Mueller, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná (FETAEP), que é parceira do Empreendedor Rural, destacou a terceira fase do programa, de incentivo a projetos associativos. “É um valioso investimento na formação de capital humano, e isso dá resultado imediato na geração de renda”, avaliou.

O presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE-PR e da Federação do Comércio do estado (FECOMERCIO), Darci Pianna, chamou atenção para a parceria em torno do Empreendedor Rural: “Não há outra solução, que não as parcerias, para evitar sobreposição de esforços, gastar menos e produzir mais”, disse.

O prefeito de Curitiba, Beto Richa, elogiou a qualificação proporcionada pelo Programa Empreendedor Rural e disse acreditar que é pela iniciativa das pessoas, muito mais do que do estado, que acontece a geração de renda e o desenvolvimento. Já o representante do Congresso Nacional no evento, o deputado federal Ricardo Barros, prometeu empenho para fazer avançar o seguro rural, o custeio agrícola e as mudanças na regulamentação da Reserva Legal.



## Crise será prova de fogo para novos empreendedores

O ano de 2009 deverá ser o mais difícil desta década para os produtores rurais; mas os agricultores paranaenses, qualificados constantemente pela FAEP e SENAR-PR, têm melhores condições para enfrentar e superar a crise internacional.

“Mais de 185 mil pessoas passaram neste ano por algum treinamento do SENAR no Paraná. Qualificamos 14 mil jovens aprendizes e 16,5 mil empreendedores rurais, além dos cursos para líderes sindicais. Os empreendedores, particularmente, vão estar mais preparados para enfrentar a administração do dia-a-dia de suas propriedades durante a crise”, avalia o

presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette. Ao todo, mais de 400 mil pessoas passaram pelos cursos de qualificação profissional.

Segundo Meneguette, os empreendedores já vêm sofrendo menos com a baixa das commodities e a alta dos custos de produção. “Essa crise não é apenas do Brasil, é do mundo. A economia não cresce no Japão, na Europa e também nos EUA. Vamos ter um ano com grande dificuldade. Mas tenho certeza de que com garra, com perseverança, nossos produtores, treinados pelo Empreendedor Rural, vão enfrentar melhor essa situação”, conclui Meneguette.

**“Essa crise não é apenas do Brasil, é do mundo. A economia não cresce no Japão, na Europa e também nos EUA”**



## EMPREENDEDOR RURAL

# ABERTURA DO EMPREENDEDOR RURAL 2008

Discurso do Presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette - 1º de dezembro de 2008

“Há dois motivos para estarmos hoje, aqui.

O primeiro deles é reunir num mesmo evento empreendedores, jovens agricultores e dirigentes sindicais para o que poderíamos chamar de um “dia de trabalho”.

O segundo motivo, e não menos importante que o primeiro, é a oportunidade de trazer a vocês, grandes empreendedores do setor público, personalidades políticas que moldam o País e que estão fadados a desempenhar papéis cruciais na vida do Paraná e do Brasil.

Refiro-me aos nossos convidados:

Beto Richa, recém reeleito prefeito de Curitiba com uma avassaladora maioria de votos;

Senador Osmar Dias, um dos baluartes na defesa do agronegócio e do Paraná no Congresso Nacional;

Deputado Ricardo Barros, um dos mais importantes e destacados líderes da Câmara dos Deputados;

Senadora Kátia Abreu, recém eleita presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a nossa CNA e o Governador Aécio Neves, um político jovem que vem imprimindo em Minas Gerais uma administração moderna que já é modelo para todo o Brasil e que o credencia para vãos mais altos.

Cada um em seu âmbito e a seu modo está fazendo uma revolução, atestada pelo prestígio e o respeito que conquistaram.

O empreendedorismo não é uma questão voltada apenas para as atividades privadas, mas com muita razão também para a gestão pública.

Um governo que se preocupa com a agropecuária, por exemplo, tem que ter em mente que a produção depende das políticas que ele implementa, das obras que realiza, da presteza com que atende as necessidades da sociedade, seja urbana seja rural.

Com a inteligência e empenho com que conduz o processo de desenvolvimento.

Embora nossas atividades no campo sejam particulares, uma vez que somos nós, pessoas físicas, que a desenvolvemos,

dependemos muito do que se faz no setor público.

As políticas de crédito, de câmbio, da moeda, a implantação da infra-estrutura, os acordos internacionais, a pesquisa, tudo isso é encargo do Estado e são, portanto, questões políticas.

É por esta razão que, há anos, venho insistindo que líderes e dirigentes sindicais e produtores rurais devem atentar cada vez mais para as questões políticas, sejam elas de que nível for.

Até porque as questões econômicas que nos dizem respeito, que mexem com a nossa vida, têm seu componente político.

O mundo enfrenta uma das suas piores crises, cuja origem foi a irresponsabilidade de setores financeiros externos e de governo que não soube controlar seu sistema bancário e permitiu abusos, contrariando o que ensinam os manuais de gestão financeira.

A crise espalhou-se pelo mundo como uma epidemia e nosso presidente, entre sorrisos, afirmou que a crise chegaria ao Brasil como uma “marola”, enquanto o mundo estava sendo tragado por um “tsunami”.

**“O empreendedorismo não é uma questão voltada apenas para as atividades privadas, mas com muita razão também para a gestão pública.**

**Um governo que se preocupa com a agropecuária, por exemplo, tem que ter em mente que a produção depende das políticas que ele implementa, das obras que realiza, da presteza com que atende as necessidades da sociedade”**

Por estas bandas, a “marola” está assumindo o seu tamanho de onda gigantesca. A retração dos mercados mundiais é evidente, mesmo para os produtos da alimentação, que seria a última coisa a ser cortada.

Por conta da arrogância de que estávamos no “melhor e mais seguro dos mundos”, as medidas de defesa chegaram tarde e foram insuficientes.

Ser realista é aceitar que vamos enfrentar um período difícil e longo e que se sairão melhor os que souberem administrar com mais eficiência o seu negócio. Aqueles que forem mais conscientes dos perigos e souberem se defender melhor.

Razão mais que suficiente para comprovar o acerto da parceria FAEP, FETAEP, SEBRAE e SENAR em patrocinar o Programa do Empreendedor Rural, que fornece as ferramentas do conhecimento para enfrentar problemas como os que estamos nos defrontando a partir de agora.

É por esse componente político nas decisões econômicas que a FAEP, por exemplo, procura levar aos empreendedores e dirigentes sindicais informações sobre como funcionam os mercados e quais os caminhos políticos para soluções globais ou comunitárias.

As soluções de nossos problemas permeiam todas as esferas de Poder, desde o município, o estado e o país, e todos os poderes: o executivo, o legislativo, o judiciário e como parte deste o Ministério Público.

Na solenidade de encerramento da edição de 2007 do Programa Empreendedor Rural, eu havia concitado todos os nossos companheiros produtores rurais a se engajarem nas últimas eleições, como um exercício saudável de interferência nas ações políticas, a começar do município.

Nestas eleições municipais, tive a satisfação de ver um número crescente de líderes sindicais e empreendedores como candidatos a cargos eletivos, sinal de que perceberam a importância que a política tem para o nosso setor. E mesmo não candidatos, um grande número de líderes e empreendedores empenhados em dar

apoio a representantes do nosso setor.

O nosso interesse deve abranger desde os problemas das comunidades, que podem ser resolvidos nas prefeituras e câmaras municipais, até decisões que afetam a nossa vida e que estão no âmbito dos governos federal e estadual e passam pela Assembléia Legislativa e Congresso Nacional.

Nestes últimos anos, os governos – federal e estadual – tem cometido erros e omissões que influem direta ou indiretamente em nossos custos de produção e nos preços de nossos produtos.

A economia brasileira sofre com problemas recorrentes de infra-estrutura – armazenagem deficiente, rodovias sucateadas, falta de ferrovias, portos em frangalho.

Imaginem o que rouba de nossa renda agrícola o sobre-preço do transporte marítimo por conta da falta de dragagem no Porto de Paranaguá, obrigando navios a saírem com carga incompleta, mas custo de frete cheio.

Da falta de obras portuárias que já poderiam estar concluídas há anos, mas que foram suspensas pela falta de sensibilidade do Governo estadual.

Obras que poderiam tornar mais rápidas as operações portuárias, ao invés de criar filas de navios ao largo, cobrando sobre-estadias de 50 mil dólares a diária, por várias semanas. Despesas que acabam saindo do nosso bolso, do bolso do produtor rural pela redução das cotações dos preços de nossos produtos.

O Brasil deseja ser o “celeiro do mundo”, mas a pesquisa na agropecuária recebe poucos recursos do Governo. Assim, somos caudatários e dependentes da pesquisa realizada em países desenvolvidos até para fornecer genética para produção de carnes, que dirá no desenvolvimento de produtos transgênicos.

Nossa legislação ambiental é das mais absurdas pela rigidez e total falta de compromisso com a realidade. O próprio ministro da Agricultura faz críticas severas a ela, mostrando que se trata de normas que inibem a produção sob a falsa alegação de que é necessária para a preservação do meio ambiente.

Como se trata de uma utopia, essa legislação não é respeitada e nem pode ser pela sua falta de coerência prática, embora o poder público queira, equivocadamente impô-la à força.

Se de um lado essa legislação ambiental draconiana prejudica produtores, sujeitos a constrangimentos por parte de autoridades, de outro não tem sido capaz de dar sustentação à ecologia.

Tem que mudar.

São falhas de governo, que ignora as prioridades do País e do estado, incha os gastos públicos e não faz nenhuma previsão de futuro. Falta visão de estadista, de político com “P” maiúsculo.

Os programas que o sistema FAEP/SENAR / sindicatos rurais tem promovido para empreendedores, jovens e lideranças sindicais encaram, de forma direta ou indireta, essa face política porque ela está intimamente ligada às nossas atividades no campo, independentemente do tamanho da propriedade.

Impossível ignorá-la.

Não se trata de filiação em partidos ou

## **O nosso interesse deve abranger desde os problemas das comunidades, que podem ser resolvidos nas prefeituras e câmaras municipais, até decisões que afetam a nossa vida e que estão no âmbito dos governos federal e estadual e passam pela Assembléia Legislativa e Congresso Nacional**

no desempenho de cargos públicos – embora se isso houver, melhor!

Trata-se de participação na vida comunitária, na vida do Estado e do País. Saber que nossos representantes estão nos legislativos ou nos executivos por nossa delegação.

Como nossos delegados, devem permanecer satisfeitos e obrigam-se a trabalhar para atender nossas necessidades e anseios. Afinal, são servidores públicos, pagos por nós e receberam mandato para defender nossos interesses, que são os interesses da sociedade, afinal.

O Programa Empreendedor Rural, o Jovem Agricultor Aprendiz e o programa de Desenvolvimento Sindical têm, por esta razão, um viés político – não partidário é

claro, porque o sindicalismo está proibido de fazê-lo.

Mas quando empreendedores, jovens e lideranças sindicais participam da vida comunitária, quer investindo e trabalhando em seus negócios, quer conduzindo questões econômicas e sociais estão, de certa forma, fazendo política e, ao mesmo tempo, promovendo o desenvolvimento.

Os nossos empreendedores já somam mais de 15 mil, que passaram pelos nossos cursos. Os Jovens Agricultores Aprendizes são mais de 14 mil e que estão preparados para o Programa Empreendedor Rural.

Nossos dirigentes sindicais passaram pelo Desenvolvimento Sindical, de aprimoramento das nossas lideranças rurais.

Essa somatória de empreendedores e de líderes está criando uma massa crítica de efeito econômico, social e político que muito brevemente será sentida em nosso Estado. Cada vez mais é evidente a participação dessas pessoas na comunidade e, estou certo disso, se espalhará por outras esferas.

Não se trata apenas da afirmação dos produtores e trabalhadores rurais. Trata-se mais do que isso. Trata-se da imposição de uma nova vanguarda da nossa sociedade, lutando por legítimos interesses econômicos, usando efetivas armas políticas.

No entanto, esses programas não teriam sido possíveis sem a participação de parceiros e pessoas.

Minha gratidão aos nossos parceiros do SEBRAE, na pessoa do presidente do Conselho Darci Piana, da FETAEP, pelo seu presidente Ademir Mueller, aos colaboradores e instrutores do SENAR, SEBRAE E FAEP.

Quero agradecer penhorado a presença da nova presidente da CNA senadora Kátia Abreu, do senador Osmar Dias, do deputado Ricardo Barros, do prefeito Beto Richa e do governador Aécio Neves, os quais vão se dirigir a vocês. Às autoridades, parlamentares que vieram prestigiar essa solenidade.

Eu quero agradecer a participação de todos, de empreendedores, jovens aprendizes, lideranças sindicais, Aos profissionais da imprensa e do rádio que vieram de todos os cantos do Estado.

É nessa sintonia que nós vamos construir um novo estado, um novo país, uma sociedade de mais justa e mais desenvolvida.

Muito Obrigado  
Ágide Meneguette”

EMPREENDEDOR RURAL 2008

# Evento destaca fortalecimento do sindicalismo rural



**“É pelo exercício da liderança política que nós vamos conseguir ver atendidas as nossas justas reivindicações” –**

**Ágide Meneguette**

A ação mais importante do Sistema FAEP nos últimos três anos foi o seu fortalecimento no Paraná. Essa conclusão foi exposta pelo presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, na abertura do Encontro Lideranças Sindicais, que aconteceu durante o evento de empreendedores e líderes rurais.

“A razão dessa ação surgiu em consequência das constantes ameaças ao sindicalismo, desde liquidar com a unicidade sindical, com a contribuição sindical, até tentativas de eliminar a nossa autonomia”, justificou.

Para Meneguette, o Programa de Desenvolvimento Sindical veio em resposta a esse desafio. “A idéia foi preparar nossos dirigentes sindicais para enfrentar essas ameaças e firmar a liderança desses dirigentes em suas comunidades”, disse.

Ao comentar a importância dos sindicatos rurais, o

**“Com a formação profissional contínua, o participante passa a ser efetivamente um agricultor de mão cheia” – Ronei Volpi**



**Superintendente do SENAR-PR, Ronei Volpi**

presidente do Sistema FAEP ressaltou que eles têm um papel preponderante a desempenhar nessas comunidades do interior. “Um papel social, um papel econômico e um papel político”, explicou. Segundo Meneguette, a imensa maioria dos municípios brasileiros e, por consequência, do Paraná, é dependen-

te da produção agropecuária. “Todo o comércio, a indústria, os bancos, os demais serviços vivem direta ou indiretamente em função do que nós produzimos no campo”, afirmou.

Quanto ao papel político dos sindicatos, Meneguette lembrou que, por lei, os sindicatos não podem fa-



**“Nós estamos zelando um bem coletivo com ônus individual. Só nós, produtores rurais, estamos pagando essa conta” – Kátia Abreu**

zer política partidária. “Mas isso não quer dizer que o dirigente sindical não deva exercer seu papel político e, como cidadão, exercer política partidária, se assim o desejar. É pelo exercício da liderança política que nós vamos conseguir ver atendidas as nossas justas reivindicações”, acrescentou.

Durante sua exposição, Meneuguette destacou o trabalho desenvolvido pelo SENAR-PR. “O SENAR é um instrumento poderoso para o sindicato e pode ser melhor utilizado do que vem sendo até o momento”, disse. Para ele, o Plano Estratégico de cinco anos do SENAR-PR também visa melhorar a formação da mão-de-obra na agropecuária e alcançar aqueles trabalhadores e produtores rurais que ainda não tiveram oportunidade de passar por algum curso.

“Tenho a certeza que, com esse Plano Estratégico, o SENAR se constituirá numa ferramenta utilíssima aos sindicatos para atrair novos associados e para se firmar como liderança”, afirmou.

### **Plano Estratégico**

Durante o Encontro, o superintendente do SENAR-PR, Ronei Volpi, expôs o Plano Estratégico 2009-2013, elaborado com base em pesquisa feita junto a clientes e parceiros. Foram entrevistadas 2.579 pessoas, entre produtores, trabalhadores rurais, presidentes de sindicatos, mo-

**“Tenho a certeza que, com esse Plano Estratégico, o SENAR se constituirá numa ferramenta utilíssima aos sindicatos para atrair novos associados e para se firmar como liderança”**

bilizadores e instrutores. “Para 96% dos entrevistados, o SENAR-PR está no caminho certo”, disse Volpi.

Ele apresentou as linhas estratégicas de ação do Plano, como a ampliação no atendimento, a formação profissional contínua e a ênfase no empreendedorismo. Entre as ações que visam a ampliação no atendimento, Volpi destacou a implantação do Plano Estratégico de Mobilização (PEM) por município e por ano, que prioriza as cadeias produtivas. Também, ressaltou o aumento do número de Supervisões Regionais do SENAR-PR no estado, que saltará de 10 para 15 a partir do próximo ano.

Em relação à formação profissional contínua, a pesquisa apontou que 63% dos produtores e trabalhadores entrevistados estão dispostos a fazer cursos profissionalizantes com duração superior a um ano e com aulas um dia por semana. “Nas principais cadeias produtivas do estado, teremos uma formatação de módulos de forma que, no final, o participante receba certificado. Com a formação profissional contínua, o participante passa a ser efetivamente um agricultor de mão cheia”, disse.

Entre as ações com ênfase no empreendedorismo, foram destacadas a atualização e a ampliação do PER, como também, a adequação dos Centros de Treinamento Agropecuário (CTAs) para cursos de excelência.

### **Fortalecimento**

Ao iniciar a palestra “Fortalecimento do Sistema Sindical Rural”, a presidente eleita da CNA, senadora Kátia Abreu, ressaltou o SENAR-PR. “É um exemplo para o Brasil”, disse. Abreu também destacou a importância dos agricultores na economia brasileira. “Nosso setor tem muitos problemas. Precisamos de muitas soluções. Precisamos ter, em mente, o que realmente significamos para este país”, afirmou.

Após citar números que indicam a força do setor, que representa 1/3 do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, a senadora criticou o tratamento dado à classe produtiva. “Política agrícola no Brasil: o produtor é quem banca o abastecimento. Nós precisamos ser tratados com profissionalismo”, declarou.

A presidente eleita da CNA também comentou sobre a carga tributária imposta ao setor. “Só na cadeia de alimentos, nós somos os campeões de impostos: 37% de carga tributária neste País. Na cadeia de alimentos, nós temos uma carga de 16.9. Na Europa, é 5.0 e, nos Estados Unidos, 0.7”, explicou.

Abreu ainda falou sobre a questão ambiental, que preocupa todo o País. “É uma aberração, uma excrescência em cima do produtor rural. Nós estamos zelando um bem coletivo com ônus individual. Só nós, produtores rurais, estamos pagando essa conta”, criticou.

## EMPREENDEDOR RURAL 2008

# Encontro fortalece união e enriquece conhecimento



**Em meio ao entra-e-sai das salas do Expotrade Center, onde eram apresentados os 15 projetos selecionados no Programa Empreendedor Rural (PER) em 2008, produtores e trabalhadores rurais davam provas de que, como empreendedores rurais, eles têm conhecimento, muita experiência e a vontade de crescer cada vez mais nas atividades que desenvolvem.**

Para eles, participar do Encontro Estadual de Empreendedores e Líderes Rurais é a oportunidade para fortalecer a união entre os empreendedores, conhecer novidades e refletir sobre questões que influenciam seu dia-a-dia.

O empreendedor Aluir Dalposso, de Toledo, fez questão de dizer que o evento reforça a visão empresarial que os produtores e trabalhadores rurais devem ter de sua propriedade ou atividade. Para ele, o Encontro funciona com um grande incentivo. "Ao meu ver, a coisa mais importante é a união dos participantes", disse.

A chance de ficar cara à cara com novidades da agropecuária foi ressaltada pelo empreendedor Jair Daronch, de Serranópolis do Iguaçu.

**"...participar das palestras é conviver com o mundo de informações"**

**Alzemiro Prando**

"A gente vem e vê muitas coisas novas que, às vezes, não chegam à propriedade", afirmou. Daronch participou do PER em 2004, quando fez um projeto e iniciou-se numa atividade nova. "Fiz o projeto de um aviário e, hoje, tenho seis aviários", informou. Segundo ele, o PER possibilitou que ele ficasse mais conhecido no setor. "O pessoal me vê como um empreendedor de sucesso, que deu certo, cuja atividade está se expandindo. As pessoas de outros lugares perguntam sobre minha atividade. O projeto mostra e prova que é possível", comentou.

O coordenador de curso no Colégio Agrícola de Francisco Beltrão, Alzemiro Prando, destacou a convi-

vência entre os empreendedores como o diferencial do Encontro. "O bom mesmo é o convívio com o pessoal. Acho que, para os jovens, participar das palestras é conviver com o mundo de informações. Principalmente para quem está se formando em técnico. É contato com o novo, com o mercado e com os outros", afirmou.

Para a instrutora do SENAR-PR, Juçana Ângela Farina, o evento possibilita o encontro de empreendedores e a discussão de problemas e soluções para os negócios desenvolvidos por eles. "É o momento de confraternizarmos, de refletirmos a necessidade de mudança e de estarmos juntos", concluiu.

**"Ao meu ver, a coisa mais importante é a união dos participantes"**

**- Aluir Dalposso**



## EMPREENDEDOR RURAL 2008

# Experiências que engrandecem a agropecuária do Paraná

A agropecuária do Paraná sobressai-se no País e reúne características que se destacam no cenário internacional. Por trás dos números que traduzem a força do campo, tanto em produtividade como em produção, e das inovações, há experiências bem-sucedidas que colaboram para que o estado se mantenha entre os mais avançados em vários segmentos do agronegócio.

O Programa Empreendedor Rural (PER) reúne histórias de produtores e trabalhadores que dão sua contribuição para que o Paraná se mantenha entre os mais avançados em vários segmentos do agronegócio.

É o caso do empreendedor Amauri Seifert, do município de Cambé. Entre 2005 e 2006, ele participou do PER. No Encontro de Empreendedores deste ano, ele teve a oportunidade de apresentar o projeto que tinha feito sobre conservas de pimenta.

“O curso tem me aberto caminhos. A participação só me trouxe benefícios”, afirmou. Sobre o Encontro, Seifert não tem dúvidas: é uma forma de trocar conhecimentos. “Aqui, a comunidade pode ter informações de alto padrão, conhecimento, credibilidade. Aprende-se como o empreendedor deve agir”, explicou.

Quando morava em Curitiba, o empreendedor Nivaldo Farinazzo

**“O curso foi excelente, abriu horizontes e tirou limitações”-**

**Nivaldo Farinazzo Filho**



**“Aqui, a comunidade pode ter informações de alto padrão, conhecimento, credibilidade. Aprende-se como o empreendedor deve agir” - Amauri Seifert**





**“O PER me deu a visão global de um negócio e da importância de estabelecer metas”-**

**Neura Scheller**

Filho, tinha um escritório. Depois que se mudou para o município de Jandaia do Sul, ele decidiu investir no empreendedorismo rural. “Comecei fazendo certo. Fui fazer o Empreendedor Rural para não cometer nenhuma aventura”, lembrou. No sítio que possui, Farinazzo começou a lidar com a criação de ovelhas e de cavalos crioulos. “O curso me deu uma visão, mais pé no chão, de uma propriedade rural. Tive noções de negócio e maior conhecimento sobre a viabilidade econômi-

ca da propriedade. Para ele, o PER faz com que o empreendedor aprenda a ter noção do tipo de negócio em determinada propriedade. “O curso foi excelente, abriu horizontes e tirou limitações”, disse.

As empreendedoras Luciane Rodrigues Sales, Alaíde dos Reis Alevato e Vanda Sumiya, do município de Rancho Alegre, criaram uma associação de produtores de banana que, hoje, reúne 40 associados. Tudo começou em 2006, quando participaram do PER. Com um projeto sobre implan-

tação e plantio da banana, as mudanças vieram. “O Programa Empreendedor Rural nos deu o “o que fazer e como fazer”, através do planejamento estratégico”, comentou Sales.

Para Alevato, os benefícios da iniciativa tiveram uma abrangência além do esperado. “Hoje, corremos atrás dos objetivos em conjunto. Os benefícios de nosso projeto chegam aos produtores. Mas também chegam às escolas, às fundações. São quase três mil pessoas envolvidas e beneficiadas”, disse.

A empreendedora Neura Scheller, de Chopinzinho, participou do PER em 2002. Seu projeto era sobre investimentos na bovinocultura e na contratação de mão-de-obra, com recursos obtidos na venda de tratores que não eram mais utilizados na propriedade. “O PER me deu a visão global de um negócio e da importância de estabelecer metas. É uma ferramenta muito importante. Além de dar essa visão global, o PER insere o produtor no meio político, a partir do sindicato”, comentou.

Para Scheller, o Programa também contribuiu para um aumento da participação das mulheres nos sindicatos rurais. “Hoje, em Chopinzinho, temos uma comissão feminina que participa das eleições e da prestação de contas. Para a mulher, o PER é fundamental”, concluiu.



## EMPREENDEDOR RURAL 2008

# Projetos premiados reúnem determinação e vontade de crescer

A noite do dia 1º de dezembro foi marcada por muita ansiedade e emoção. No jantar de confraternização do encontro de empreendedores rurais, foram anunciados os três melhores projetos entre os 15 selecionados neste ano.

Em primeiro lugar, ficou o projeto "Aumento da Produção de Leite", desenvolvido pela empreendedora Maria Eurimar dos Santos, do município de Marilena.

Em meio à emoção da vitória, Santos lembrou os primeiros passos para que sua idéia fosse para o papel e virasse um projeto, considerado o melhor de 2008. "Quando eu soube do curso, pensei: tem a ver comigo! Fiz, fui gostando e pensando em ampliar minha atividade. Pensei: Por que não aumentar a produção de leite para ter uma renda melhor?", lembrou.

Após ter participado do PER, as mudanças vieram. "Já fiz a análise do solo. Isso deu início à implanta-



**"Quando eu soube do curso, pensei: tem a ver comigo! Fiz, fui gostando e pensando em ampliar minha atividade" -**

**Maria Eurimar dos Santos**



Alan Joni da Silva e Marcela Biasi de Araújo

ção. Foi minha primeira atitude. Vou dar continuidade com reforma das pastagens", contou.

Atualmente, Santos consegue uma produção diária de 20 litros. Porém, até 2013, quer atingir 500 litros por dia. "Vai ser possível com a troca de matrizes, a melhoria genética e a preocupação com higiene e qualidade do leite. Tudo isso para poder entregar o produto para a empresa que paga melhor preço. Este projeto deve puxar outros, como um de irrigação", disse.

Quanto à formação continuada, a empreendedora contou que, na Fase três do Empreendedor, a idéia do Grupo de Empreendedores Rurais de Marilena (Germa) é levar Internet para as 41 famílias do assentamento. "A visão futura é ter uma fábrica de empacotamento dentro



## “Ficar entre os 15 melhores já foi muito bom. Ficar em segundo lugar é um milagre” –

**Marcela Biasi de Araújo**

do assentamento”, informou.

A instrutora do SENAR-PR, Juçana Ângela Farina, que orientou Santos no projeto, disse que é testemunha do crescimento pessoal da empreendedora. “Se você visse a mudança no jeito dela falar, na maneira como emprega as palavras hoje. É emocionante e me dá a certeza de que estamos no caminho certo”, afirmou.

### Segundo lugar

Com o projeto “Ampliação da Produção de Casulo de Seda”, os empreendedores Alan Jony da Silva e Marcela Biasi de Araújo, do município de Juranda, conquistaram o segundo lugar. “Decidimos aumentar a produção de casulos na propriedade de 24 hectares para haver um retorno maior”, explicou Araújo. Ela disse que só não imaginava que o projeto seria premiado. “A gente nem iria enviar o projeto. Ficar entre os 15 melhores já foi muito bom. Ficar em segundo lugar é um milagre”, comemorou.

Silva lembrou que a decisão de aumentar a produção de casulos foi a alternativa que encontraram para melhor viabilizar o sítio do pai dele, já que a produção de leite não estava dando a produtividade esperada. “Agora, é só implantar o projeto”, disse.

Ao comentar que também não esperava que o projeto deles fosse selecionado entre os 15, ele destacou a importância da mobilizadora

do Sindicato Rural de Juranda, Jane Cristina da Silva, que fez o convite para que participassem do PER.

Para a mobilizadora, a conquista da dupla é um grande incentivo. “Serve para que mais pessoas sejam estimuladas a participar do Programa, do Sindicato e sejam mais atuantes em suas propriedades rurais. Para mim, é um orgulho estar aqui e vivenciar essa conquista. Mostra que nossos jovens têm um grande potencial”, afirmou

### Terceiro lugar

Na terceira posição, ficou o projeto “Produção de pepino para con-

serva”, dos empreendedores Angélica Serafim, Marinez Roque e Valdecir Donizete de Oliveira, do município de Xambê.

Ao comemorar a conquista, Oliveira também ressaltou a importância do PER. “Percebemos que o curso era uma oportunidade não só para o trabalho, mas para a vida” afirmou.

Como eles trabalham numa empresa de conserva, o grupo decidiu desenvolver um projeto na área. “Começamos a estudar mais e aprendemos muito. O projeto vai ser implantado na propriedade do Valdecir, em meio hectare, em parceria com a empresa”, informou Serafim. Para ela, o PER representa aprendizado e união entre amigos. Já Oliveira vê no Programa a oportunidade para o desenvolvimento comportamental. “Aprendi a ter segurança naquilo que vou fazer”, lembrou Roque.

**“Percebemos que o curso era uma oportunidade não só para o trabalho, mas para a vida” – Valdecir Donizete de Oliveira**



Angélica Serafim, Valdecir Donizete de Oliveira e Marinez Roque

EM OITO ANOS

# Palestrantes que participaram do Programa Empreendedor Rural



Governador de Minas Gerais, Aécio Neves



Senadora e presidente eleita da CNA, Kátia Abreu



Senador Osmar Dias

Da esquerda para a direita: Antonio Ernesto de Salvo, ex-presidente da CNA; Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo; Luiz Antonio Fayet, consultor da CNA; Blairo Maggi, governador do Mato Grosso; ex-ministro Delfim Netto; José Serra, governador de São Paulo; ex-ministro Pratinde de Moraes, ex-ministro Roberto Rodrigues, e Xico Graziano, secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo



## Confira imagens do Encontro Estadual de Empreendedores e Líderes Rurais:















## ARTIGO

## Xico Graziano

Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. - Texto disponível no site [www.xicograziano.com.br](http://www.xicograziano.com.br)

# Sonho regressivo

Era 30 de novembro de 1964. O general Castelo Branco, primeiro presidente militar do País, promulgava o Estatuto da Terra, defendendo a reforma agrária. Até hoje permanece a dúvida: por que o regime autoritário adotou a proposta que mais combatia?

A análise histórica predominante argumenta que os militares roubaram a principal bandeira da esquerda brasileira visando a iludir e desmobilizar os movimentos sociais da época. Assim, o Estatuto da Terra representa, na verdade, um subterfúgio político. Uma esperta enganação.

Dezenas de estudos, teses acadêmicas e livros acabaram publicados referendando tal idéia. Os mais conceituados intelectuais a ela aderiram. Todos acreditando que a lei da reforma agrária vinda dos militares só poderia ser um embuste. Virou um paradigma.

Não fazia lógica pensar o contrário. Desde Francisco Julião e suas Ligas Camponesas, famosas no Nordeste entre as décadas de 1950 e 1960, a reforma agrária ecoava ruidoso brado contra o poder oligárquico. Com a assunção de João Goulart à Presidência da República, em setembro de 1961, os comunistas, que lideravam as demais organizações de esquerda, avançaram. A ordem era tomar os latifúndios e distribuí-los aos trabalhadores rurais. Tempos ruidosos.

O diagnóstico soava comum na América Latina. As desigualdades da estrutura agrária causavam a baixa produtividade agrícola e levavam à pobreza do homem do campo. Um entrave ao desenvolvimento. A teoria econômica se juntou com a política e, no calor dos acontecimentos, em março de 1963 Jango encaminhou ao Congresso Nacional o projeto governamental de reforma agrária. O assunto esquentou.

As desapropriações de terras, segundo o plano oficial, seriam permitidas obedecendo a nove condições. A reforma atingia de tudo. Incluía as fazendas improdutivas, as exploradas em arrendamento ou parceria e, inclusive, as que, "embora utiliza-

das", fossem "indispensáveis ao abastecimento dos centros de consumo". Haja ou não.

A reação dos conservadores, apavorados com a perspectiva de verem expropriadas suas posses, chegou forte. Em 7 de outubro de 1963, o projeto esquerdista de Jango foi derrotado no plenário da Câmara dos Deputados. Mas nem o presidente nem os agraristas se conformaram. E decidiram partir para o revide, nas ruas. Grandes comícios se organizaram, discursos acalorados pregavam as reformas de base, a começar da reforma agrária. Na lei ou na marra.

Deu no que deu. Recuperar esse clima político é importante para entender a perplexidade daqueles que, engajados na luta da reforma agrária, viram, meses após o golpe, Castelo Branco assinar a lei fundiária. Sentiram-se como alguém arditamente surrupiado de seu enredo. Qual era, afinal, o intuito do regime militar?

Carmem de Salis, jovem e atrevida historiadora, lança agora novas luzes sobre essa intrigante questão. Sua excelente tese de doutoramento, apresentada recentemente à Unesp-Assis, rompe com a teoria dominante na esquerda, comprovando, com sólida análise, que o governo militar não jogava para a torcida. Os formuladores do Estatuto da Terra defendiam a reforma agrária com convicção.

A diferença entre a proposta de João Goulart e a de Castelo Branco residia, fundamentalmente, na ideologia. Ambos visavam a desapropriação dos latifúndios. Mas na perspectiva da esquerda a reforma agrária deveria desaguar no socialismo. Para os castelistas, ao contrário, o objetivo era encorajar o capitalismo. Como?

Fortalecendo a propriedade privada da terra. Acabar com os "parasitas" da estrutura fundiária, os velhos coronéis, permitiria criar uma progressista "classe média" no campo, com óbvia tendência conservadora. Nada melhor para evitar o perigo comunista de então.

Os acontecimentos posteriores impedi-

ram que o reformismo liderado por Castelo Branco prevalecesse. Seu falecimento, em julho de 1967, abriu as portas para a "linha dura" do regime militar. Primeiro, assumiu Costa e Silva, ministro da Guerra; depois, em 1969, chegou Médici. Época dos brutus torturadores. Com eles a política fundiária mudou completamente, priorizando a colonização das terras devolutas na Amazônia.

A ousadia da pesquisadora da Unesp abre brecha para uma reflexão. Fazer reforma agrária não significa, automaticamente, mudar o sistema econômico. Tampouco distribuição de terras se confunde com socialismo. Basta analisar a história.

O capitalismo europeu só vingou quando, na Revolução Francesa, os camponeses tomaram as terras dos nobres. Quem ganhou foi a nascente burguesia urbana. No Japão, após a 2ª Guerra, a reforma agrária promovida pelos EUA criou as bases de formidável economia. Propriedade privada.

Na Rússia verificou-se diferente rumo. A política revolucionária, executada na ponta da baioneta pelos comandados de Lenin, depois Stalin, levou à forçada coletivização da agricultura. Em Cuba, igualmente, a terra acabou nacionalizada por Fidel Castro. Propriedade coletiva.

Inexiste conclusão fácil nessa matéria. Tudo indica, porém, que a evolução da história superou o drama agrário, trazendo novos dilemas ao campo, como a problema ecológico. Há, decerto, os que ainda tentam fazer revolução no campo. Mas estes se assemelham a um perverso dom Quixote: criam uma fantasia, manipulam a pobreza e inventam moinhos de vento.

Com o fim do socialismo, a luta pela igualdade social tem transformado a reforma agrária numa espécie de sonho regressivo. A sociedade global, consumista, competitiva, parece exigir, no íntimo das pessoas, aquela busca de quietude que apenas se encontra no campo, a busca da paz que brota da terra. Uma utopia.

REINHOLD STEPHANES

# Ministro defende busca por novos mercados e revisão da legislação ambiental

Agência CNA

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes (foto), defendeu o acesso dos produtos agrícolas brasileiros a novos países, em 2009, para evitar que haja excedente de oferta diante da crise financeira mundial.

Ao participar de encontro promovido por entidades representativas do setor avícola na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília, no dia 2, Stephanes afirmou que a turbulência ocorrida, nos últimos dois meses, no mercado financeiro provocou a redução de contratos de importação de produtos nacionais por tradicionais parceiros comerciais do Brasil. “A solução encontrada, hoje, é a busca por novos mercados externos, porque haverá restrição de mercados em 2009”, enfatizou o ministro.

A avicultura, na avaliação do ministro, é um dos setores que poderá buscar novos mercados. Stephanes informou, ainda, que o secretário de Defesa Agropecuária do ministério, Inácio Kroetz, está na China negociando a abertura do mercado chinês à carne de frango brasileira. O ministro explicou que um dos entraves à exportação deste produto ao país asiático é a questão sanitária. No entanto, ressaltou que, independente desta questão, “é necessária uma decisão daquele país em querer importar do Brasil”.

Stephanes falou, também, sobre a necessidade de revisão da legislação ambiental no País. Afirmou que apenas 33% do território nacional, hoje, são propícios às atividades econômicas, entre as quais a agropecuária. Acres-



**“A solução encontrada, hoje, é a busca por novos mercados externos, porque haverá restrição de mercados em 2009”**

centou que, com a criação de novas áreas de preservação ambiental e terras indígenas, este índice poderá cair para 23%. Para ele, as áreas de produção já consolidadas devem ser preservadas e a legislação ambiental deve ser reformulada para impedir que a atividade agropecuária seja inviabilizada no País. “Hoje, a lei proíbe o plantio em várzeas, topos de morro e encostas, mas há produções agrícolas nestes locais há 100 anos e devem ser preservadas”, frisou.

## Sindicato de São Jorge do Ivaí debate reserva legal

O Sindicato de São Jorge do Ivaí realizou dia 25 de novembro palestra sobre Reserva Legal com o técnico do DTE da FAEP, Luiz Anselmo Tourinho.

No encontro, foi discutida a legislação ambiental, especialmente o Decreto nº 6514, de 22 de julho, que obriga todos produtores rurais a averbarem a reserva legal, o evento foi realizado no Clube Renascer com a participação de aproximadamente 70 produtores rurais.



## BALANÇO FINANCEIRO

# Assembléia reúne 116 associados em Dois Vizinhos

No dia 22 de novembro, o Sindicato Rural de Dois Vizinhos promoveu Assembléia com boa participação de associados. No total, 116 produtores rurais reuniram-se para prestação de contas e aprovação do balanço financeiro de 2008, além de analisarem a proposta orçamentária de 2009.

Em seguida, em parceria com a FAEP, promoveu-se uma palestra motivacional ministrada por Claudinei Alves. Ao fim da Assembléia, foram sorteados brindes e houve almoço de confraternização.



## Fundepec-PR: SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO EM 30/11/2008

Contas / Itens	Receitas em R\$				Despesas em R\$			Saldo R\$
	Repasse SEAB		Restituição de Indenizações	Rendimentos	Transferências	Indenizações	Financ / Bancárias	
	1º ao 11º	12º						
Taxa Cadastro e Serviços da D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	** 542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.431.549,48	13.000,00	-	11.707.470,58	-	2.341.952,64	-	18.346.577,84
Setor Suínos	2.200.137,02	1.360.000,00	-	1.278.918,43	-	141.274,87	-	4.697.780,58
Setor Aves de Corte	1.271.958,15	210.000,00	-	1.293.339,59	-	-	-	2.775.297,74
Setor Equídeos	38.585,00	15.000,00	-	58.648,78	-	-	-	112.233,78
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	5.920,32	-	-	-	11.758,93
Setor Aves de Postura	35.102,41	2.000,00	-	71.355,80	-	-	-	108.458,21
Pgto.Indenização Sacrifício Animais *	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	* 141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
<b>TOTAL</b>	<b>12.381.000,00</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>141.031,00</b>	<b>14.554.334,59</b>	<b>** 542.225,27</b>	<b>2.624.258,51</b>	<b>77.567,43</b>	<b>25.974.539,65</b>
<b>Saldo Líquido Total</b>								<b>25.974.539,65</b>

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º Repasse 14/12/2000 R\$ 500.000,00 - 2º Repasse 23/07/2001 R\$ 2.000.000,00 - 3º Repasse 04/09/2001 R\$ 380.000,00 - 4º Repasse 28/12/2001 R\$ 2.120.000,00 - 5º Repasse 21/05/2002 R\$ 710.000,00 - 6º Repasse 26/07/2002 R\$ 2.000.000,00 - 7º Repasse 16/12/2002 R\$ 2.167.000,00 - 8º Repasse - 30/12/2002 R\$ 204.000,00 - 9º Repasse - 08/08/2003 R\$ 600.000,00 - 10º Repasse - 08/01/2004 R\$ 400.000,00 - 11º Repasse - 30/12/2004 R\$ 1.300.000,00 - 12º Repasse - 01/12/2005 R\$ 1.600.000,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (\*)

3) Setor de Bovídeos (\*\*)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repasso mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB / DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA ao setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovídeos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette  
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi  
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt  
Contadora - CO PR-045388/O-9

FUNDEPEC-PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

# Consecana Paraná divulga projeção e preços da cana-de-açúcar

## RESOLUÇÃO N° 09 - SAFRA 2008/2009

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 27 de Novembro de 2.008 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em Novembro de 2.008 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2008/2009, que passam a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2.008.

Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de Novembro de 2.008 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

### PREÇO DO ATR REALIZADO EM NOVEMBRO / 2008

Safra 2008/2009 - preços em reais à vista

#### PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,22%	25,78	2,36%	23,39
AME	37,73%	23,97	37,15%	21,62
AEAd - ME	7,63%	872,60	6,77%	748,98
AEAd - MI	5,80%	897,27	6,57%	855,44
AEAof	0,03%	951,09	0,13%	908,64
AEHd - ME	24,77%	799,62	21,10%	692,80
AEHd - MI	22,83%	722,36	25,92%	721,13
AEHof	0,00%	-	0,00%	-

Obs: 1) AEAd - ME+MI+of

13,43% 883,40 13,36% 802,42

AEHd - ME+MI+of

47,62% 762,57 47,07% 708,42

#### PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,22%	0,2923	2,36%	0,2652
AME	37,73%	0,2718	37,15%	0,2451
AEAd - ME	7,63%	0,2982	6,77%	0,2560
AEAd - MI	5,80%	0,3067	6,57%	0,2924
AEAof	0,03%	0,3251	0,13%	0,3106
AEHd - ME	24,77%	0,2852	21,10%	0,2471
AEHd - MI	22,83%	0,2577	25,92%	0,2572
AEHof	0,00%	-	0,00%	-
Média		0,2762		0,2531

Obs: 1) AEAd - ME+MI+of

13,43% 0,3019 13,36% 0,2743

AEHd - ME+MI+of

47,62% 0,2720 47,07% 0,2527

### Projeção de preço da cana-de-açúcar - média do estado do Paraná - Safra 2008/2009 - preços em reais à vista

#### Preço dos produtos - PVU sem impostos

Produtos	Mix	Média
AMI	1,82%	24,20
AME	41,40%	23,43
AEAd - ME	4,42%	748,98
AEAd - MI	7,57%	893,72
AEAof	0,08%	908,64
AEHd - ME	15,54%	711,11
AEHd - MI	29,16%	778,59
AEHof	0,00%	-

#### Preço líquido do ATR por produto

Produtos	Mix	Média
AMI	1,82%	0,2744
AME	41,40%	0,2657
AEAd - ME	4,42%	0,2560
AEAd - MI	7,57%	0,3055
AEAd - MI	0,08%	0,3241
AEHd - ME	15,54%	0,2537
AEHd - MI	29,16%	0,2777
AEHof	0,00%	-
Media		0,2701

#### PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA - R\$/t 121,9676 kg ATR

PREÇO	CAMPO	ESTEIRA
Preço básico	29,50	32,95
PIS/COFINS (*)	-	-
TOTAL	29,50	32,95

Maringá, 27 de novembro de 2008

Paulo Sidney Zambon

Presidente

Paulo Roberto Misquievis

Vice-Presidente

## NOTA FISCAL

# Produtor tem até 31 de dezembro para requerer inscrição estadual

**Os produtores rurais que realizam operações relativas à circulação de mercadorias têm até o dia 31 de dezembro para solicitarem nas prefeituras de suas cidades a inscrição no novo Cadastro do Produtor Rural da Receita Estadual do Paraná.**

O aviso está sendo feito pelo contador da Coopermibra - Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil, Carlos Luis Benassi. Ele explica que com esse cadastramento os agricultores vão ganhar uma identidade própria, com a inscrição estadual para comercialização da sua produção. Esse procedimento está previsto no Decreto 1668, de 25 de outubro de 2007, e será feito sem qualquer custo para o produtor.

## Prazo foi prorrogado

O prazo para a inscrição deveria ter sido encerrado no dia 30 de junho, mas atendendo a uma solicitação do Sistema Ocepar, a Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná decidiu ampliar o período para o cadastramento. O CADPRO, como está sendo chamado o documento, foi criado com o objetivo de organizar um sistema de emissão de notas fiscais num cadastro único e simplificado, que visa oferecer maior transparência nas operações realizadas pelo produtor rural e o compartilhamento de informações (preservando o sigilo fiscal). Outros benefícios do sistema são o maior tempo para verificação dos dados da comercialização para o Índice de Participação do Município, o fim da apresentação da contra-nota e o reconhecimento do produtor como empresário (sem os ônus fiscais).

## Inscrição

O cadastro é gratuito e, para se inscrever, o produtor deve compare-

cer no Departamento de Tributação do seu Município com o original e a cópia de documentos como: comprovante do INCRA e ITR; contrato de Arrendamento ou Parceria, quando for o caso, registrado em cartório, exceto para área de inferior a 50 hectares (nesse caso será exigida a cópia do contrato, com firma reconhecida dos contratantes e das testemunhas); CPF e RG; e comprovante de residência atualizada e do contrato de compra e venda (quando o imóvel não estiver no nome do proprietário); Para incluir familiares como agregados (pessoa que participa da produção rural sem vínculo empregatício), o produtor deverá apresentar também o CPF e RG destes e, no caso da esposa, a certidão de casamento.

## Isenção do ICMS

Com o cadastramento o produtor receberá o comprovante de inscrição e uma carteira de identificação do CA-

**A partir do dia 1º de janeiro de 2009 as notas fiscais sem a inscrição estadual não terão mais validade**

DPRO. Essa inscrição servirá também como comprovante para a obtenção de isenção do ICMS incidente no consumo de energia elétrica rural. A partir da inscrição, a nota fiscal de produtor rural, além de acompanhar o transporte da produção comercializada, poderá ser registrada nas empresas destinatárias, dispensando assim, na maioria dos casos, a emissão da nota fiscal de entrada (a chamada contra-nota). "Os produtores associados à Coopermibra deverão procurar a Cooperativa para incluírem essa inscrição estadual também em seus cadastros de cooperados", comenta Benassi. A partir do dia 1º de janeiro de 2009 as notas fiscais sem a inscrição estadual não terão mais validade, ou seja, quem não se cadastrar não poderá mais emitir nota fiscal de venda e transporte de produtos agropecuários e estará sujeito ao pagamento de multa sobre o valor da mercadoria que estiver em seu poder.

Comprovante de Inscrição no Cadastro de Produtor Rural do Estado do Paraná - CICAD-PRO		
Inscrição no CADPRO/PRO	CPF	Carteira de Pescador
95000052-00	360.116.579-15	995
Nome		
João Luiz Pescador		
Denominação do imóvel		
Situação Jurídica	Município	
	Curitiba	
% de Participação / Área do Imóvel		
Data do Cadastro		
19/04/2007 10:53:51		
CPF do Responsável pelo CAD		
360.116.579-15		
Válido até		
30/06/2008		
Agregados do Produtor		
Não existem agregados.		



**CAD/PRO**  
95000052-00



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Coordenação da Receita do Estado

**CAD-PRO Nº 95000052-00**

Então Eletronicamente via Internet  
17/10/2007 17:18:29

Dados transmitidos de forma segura  
Tecnologia CELEPAR



RECEITA ESTADUAL

## PRODUTORES DE LEITE

# Rondônia planeja criação de Conseleite semelhante ao do Paraná



No dia 3 de dezembro, uma comissão formada pelos deputados estaduais de Rondônia, Jesualdo Pires e Ribamar Araújo, e pelo técnico da secretaria da Agricultura de Rondônia, José Lima Aragão, visitou a sede do Sistema FAEP para conhecer o funcionamento do Conselho Paritário de Produtores/Indústria de Leite do Paraná (Conseleite-PR).

A comissão foi recebida pelo presidente da entidade Wilson Thiesen e pelo vice-presidente do Conseleite-PR Ronei Volpi, que manifestaram total apoio à intenção da comissão de implantar conselho semelhante naquele estado.

“Acreditamos que esse sistema pode ser implantado em Rondônia”, afirmou Pires. Para ele, o Conseleite traz vantagens como a redução de atritos e um ambiente de maior segurança para os produtores e indústrias. “No Paraná, os dois elos da produção estão com um relacionamen-

to muito bom”, declarou. A comissão saiu de Curitiba com a convicção de que será criado um Conseleite em Rondônia, onde ambos deputados fazem parte da CPI do leite que investiga a formação de cartéis no setor.

“Aqui no Paraná, o conselho trouxe harmonia para a produção”, acrescentou Pires.

O Conseleite-PR foi criado em 2002, em meio à falta de confiança mútua entre produtores e a indústria. O conselho, cuja função é divulgar mensalmente preços referência do leite a serem pagos ao produtor, trouxe mais transparência para o setor. Além do Paraná, que foi o pioneiro, há Conseleite

**“Aqui no Paraná, o conselho trouxe harmonia para a produção”,**

em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Rondônia possui 102 mil produtores rurais, sendo que 40 mil deles são produtores de leite. Há ainda 62 laticínios — a produção diária fica na casa de 2,2 milhões de litros. É um setor em expansão que, de acordo com Pires, enfrenta hoje os mesmos problemas que o Paraná teve em 2002: uma crise de desconfiança entre produtores de leite e laticínios.

Para implantar o Conseleite, os deputados acreditam ser essencial a assessoria de dois professores do Departamento de Agronomia da UFPR, José Roberto Canziani e Vânia Di Addário Guimarães, que são os coordenadores técnicos do Conseleite-PR.

## Inspeção do Greening vai até o final do mês

Os produtores de citros devem inspecionar as lavouras duas vezes por ano para garantir a ausência de sintomas do greening, segundo a Instrução Normativa 32, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), de 2 de outubro de 2006.

Neste segundo semestre a data limite para a inspeção é dia 31 de dezembro, tendo iniciado dia 1º de julho. Após a inspeção o agricultor tem mais 15 dias para a entrega do relatório no Escritório de Defesa Agropecuária (EDA) da região onde fica a propriedade. Contudo, o prazo final vai até o dia 15 de janeiro de 2009 e quem não entregar o relatório pode receber uma multa que varia, atualmente, de 100 a 500 Unidades Fiscais (Ufesp, a R\$ 14,88 cada uma). Com informações da Agência Brasil.



**PREVIDÊNCIA****João Cândido de Oliveira Neto**

Consultor de Previdência Social da FAEP

# Aposentadoria complementar para o produtor rural

**Na previdência social chamada estatal, administrada pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) é importante saber que o benefício máximo pago é de R\$ 2.801,82**

Temos notícia que a senadora Kátia Abreu, presidente eleita da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), entre suas propostas de trabalho em defesa do sistema produtivo rural encontra-se a de oferecer um sistema de previdência complementar para o produtor rural. Em boa hora se coloca este assunto em pauta, ainda mais quando vemos outras categorias se organizando visando uma melhor proteção ao fim de suas atividades.

Na previdência social chamada estatal, administrada pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) é importante saber que o benefício máximo pago é de R\$ 2.801,82. Assim quem recebe um salário acima deste valor não conseguirá manter, durante a aposentadoria, o padrão de vida ao qual está acostumado. É neste momento que a previdência complementar apresenta-se como solução para garantir uma aposentadoria mais confortável.

A previdência complementar se desenvolve com o pagamento um pouco por mês de acordo com a disponibilidade do participante e os valores acumulados, permitindo que sejam resgatados integralmente ou recebido mensalmente quando se aposentar. Trata-se, portanto, de planos de previdência que funcionam como investimento. Quanto maior o investimento, maior a renda.

Os planos de previdência complementar são oferecidos tanto por

entidades abertas como fechadas.

Entidades fechadas são Fundações ou Sociedades Civas, sem fins lucrativos, que administram programas previdenciários dos funcionários e dependentes, de uma única empresa ou de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico.

A opção por fundo fechado ou fundo de pensão obriga a empresa por toda a administração, o que inclui a presença de profissionais do assunto, contabilidade, jurídico, etc. Como patrocinadora do plano faz contribuições em nome de seus funcionários. Deve ser oferecido a todos os colaboradores e só podem ser adquiridos por quem tenha vínculo empregatício com a empresa patrocinadora.

Para minimizar os custos operacionais o fundo fechado multipatrocinado, agrupando diversas empresas, também é uma opção. Estas entidades fechadas estão vinculadas ao Ministério da Previdência Social.

As entidades abertas de previdência complementar são empresas constituídas especificamente para atuar neste ramo, como também as seguradoras autorizadas a operar neste sistema. Estes planos podem ser adquiridos por qualquer pessoa física e, no caso dos planos empresariais, estes podem ser constituídos para empresas de um mesmo grupo econômico ou independentes entre si, não havendo a ne-

cessidade de que todos os colaboradores participem.

Estas entidades estão vinculadas ao Ministério da Fazenda e são fiscalizadas pela SUSEP, órgão do governo que acompanha através de relatórios os valores e aplicações dos participantes e o cumprimento da legislação.

Assim, quanto ao sistema CNA composto de Federações e Sindicatos, que reúnem em associativismo produtores rurais empregadores ou não, estes planos de previdência complementar se apresentam como solução para garantir uma aposentadoria tranquila e confortável, também aos dependentes. Estes produtores são pessoas físicas, contribuintes individuais obrigatórios do INSS, que na sua maioria e apenas para atender as exigências da legislação contribuem com o mínimo, resultando uma aposentadoria por idade aos 65 anos no valor de um salário mínimo e quase nunca usufruindo da aposentadoria por tempo de contribuição.

Portanto entendemos que a criação de um sistema de aposentadoria complementar para o produtor rural, está a merecer estudos e planejamento adequados a oferecer a esta categoria condições de, pagando um pouco por mês de acordo com a disponibilidade, acumule um saldo que poderá ser resgatado integralmente ou recebido mensalmente. Quanto e quando é você que decide.

**Para minimizar os custos operacionais o fundo fechado, agrupando diversas empresas, também é uma opção. Estas entidades fechadas estão vinculadas ao Ministério da Previdência Social**

## JURÍDICO

## Marcia Rodakoski

Marcia Rodakoski é advogada e consultora da Federação da Agricultura do Paraná

marcia\_rodakoski@uol.com.br

# A isenção do imposto territorial rural

O Código Florestal – Lei nº 4771/65, conceitua a área de preservação permanente como insuscetível de exploração econômica. Por sua vez, a área de reserva legal é aquela cuja vegetação não pode ser suprimida, podendo apenas ser utilizada sob regime de manejo florestal sustentável, de acordo com princípios e critérios técnicos e científicos. Ambas devem estar averbadas à margem da Matrícula do imóvel. E, em face da limitação quanto a utilização das áreas, estas possuem isenção do ITR (Lei nº 9393/96), como forma de promover e incentivar a utilização racional dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, seja em função da mera manutenção da vegetação nativa, seja em razão de sua utilização de forma ecologicamente sustentável.

Por sua vez, o artigo 10, § 3º, I, do Decreto nº 4382/2002, dispõe que as áreas de preservação permanente e de utilização limitada (áreas de reserva legal, imprestáveis, de RPPN, e outras declaradas como de interesse ecológico) devem ser informadas pelo contribuinte ao IBAMA, que fica responsável pela emissão do chamado ADA - Ato Declaratório Ambiental.

Assim, o ADA foi criado com o objetivo único de submeter ao IBAMA a tarefa de conferência das áreas de preservação permanente e de utilização limitada. A apresentação do ADA, no entanto, não se constitui condição para isenção do ITR, desde que existam outros meios pelos quais o contribuinte possa comprovar a realidade fática das áreas envolvidas. Efetivamente, em se tratando de isenção instituída por lei, a própria norma que cria o benefício fiscal deve indicar os requisitos a serem cumpridos pelo contribuinte, não dando margem para a cria-

ção de exigências burocráticas que dificultem a sua fruição. Coerente com este princípio, a MP nº 2.166-67/2001, ao inserir o § 7º ao art. 10, da Lei nº 9.393/96, preconizou que a apresentação do ADA não é requisito para configuração das áreas de preservação permanente e reserva legal, e conseqüente exclusão do ITR incidente.

Para fins de exclusão da área tributável, assim, a jurisprudência passou a entender que a MP nº 2166-67 deveria retroagir para beneficiar os contribuintes. Nesse sentido a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª. Região: "Consectariamente, forçoso concluir que a MP 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, que dispôs sobre a exclusão do ITR incidente sobre as áreas de preservação permanente e de reserva legal, consoante § 7º, do art. 10, da Lei 9.393/96, veicula regra mais benéfica ao contribuinte, devendo retroagir, a teor do disposto nos incisos do art. 106, do CTN, porquanto referido diploma autoriza a retroatividade da *lex mitior*." (autos nº 2004.71.02.005556-9/RS, DE 16.10.2008).

E, em recente acórdão da Ministra Eliana Calmon, o Superior Tribunal de Justiça definiu: "O Imposto Territorial Rural - ITR é tributo sujeito a lançamento por homologação que, nos termos da Lei 9.393/96, permite a exclusão da sua base de cálculo da área de preservação permanente, sem necessidade de Ato Declaratório Ambiental do IBAMA." (REsp nº 898.537, Dje 26.11.2008).

Conclui-se, assim, ser ilegal a obrigação acessória prevista em Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal, vinculando a exigência de Ato Declaratório Ambiental para excluir as áreas de preservação permanente e de reserva legal da tributação pelo ITR.



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná  
Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124  
email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br

**Presidente**  
Ágide Meneguette

**Vice-Presidentes**  
Moacir Micheletto,  
Guerino Guandalini,  
Nelson Teodoro de Oliveira,  
Sebastião Olímpio Santarozza,  
Ivo Polo,  
Ivo Pierin Júnior

**Diretores Secretários**  
Livaldo Gemin,  
Pedro Paulo de Mello

**Diretores Financeiros**  
João Luiz Rodrigues Biscaia,  
Paulo José Buso Júnior

**Conselho Fiscal**  
Francisco Carlos do Nascimento,  
Luiz de Oliveira Netto,  
Lauro Lopes

**Delegados Representantes**  
Ágide Meneguette, João Luiz R. Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato A. Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar  
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná  
Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779  
e-mail: senarpr@senarpr.org.br  
site: www.senarpr.org.br

**Conselho Administrativo**  
**Presidente**  
Ágide Meneguette - FAEP

**Membros Efetivos**  
Ademir Mueller - FETAEP  
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC  
Darci Piana - FECOMÉRCIO  
Wilson Thiesen - OCEPAR

**Conselho Fiscal - Membros Efetivos**  
Francisco Carlos do Nascimento - FAEP  
Jairo Correa de Almeida - FETAEP  
Luiz de Oliveira Netto - SENAR AC

**Superintendência**  
Ronei Volpi

## BOLETIM Informativo

**Jornalista responsável:**  
Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)  
André Franco (coordenador)  
Marcos Tosi (redator)  
imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

## Tratorista para Mulheres em Campina da Lagoa

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa promoveu nos dias 17 e 18 de novembro o curso de Tratorista para Mulheres, em parceria com o SENAR-PR. As 12 participantes tiveram aulas teóricas nas dependências do Sindicato e aulas práticas na propriedade de uma das participantes.

O curso foi ministrado pela instrutora do SENAR-PR Andréia Aparecida Barcarol. Para o próximo ano, a instrutora informou que ministrará curso sobre colheitadeiras. As produtoras rurais participantes já se mostraram interessadas.



**As 12 participantes tiveram aulas teóricas nas dependências do Sindicato e aulas práticas na propriedade de uma das participantes**

## Administração em Alto Piquiri

O Sindicato Rural de Alto Piquiri promoveu curso de Administração de Empresas Agrossilvopastoris - nível médio, em parceria com o SENAR-PR. Nos dias 26 e 27 de novembro, os 20 participantes tiveram aulas nas dependências do sindicato. O instrutor do SENAR-PR, Clóvis Palozzi, considera importante o aumento do potencial dos empresários do agronegócio. "Precisamos capacitá-los para que eles possam melhorar a lucratividade de suas empresas", declarou o instrutor.

Além disso, o presidente do sindicato, Máximo Riedi, reafirmou a importância do aprendizado que o curso oferece para melhoria do trabalho do produtor rural. "Essa é uma ferramenta muito importante para o empresário rural analisar e compreender com maior eficiência os indicadores econômicos e financeiros da sua empresa", afirmou.



## Santa Terezinha do Itaipu promove dois cursos de culinária



O Sindicato Rural de Santa Terezinha do Itaipu promoveu dois cursos do SENAR-PR, em parceria com a Cooperativa Agroindustrial LAR. Entre os dias 17 e 21 de novembro, a instrutora do SENAR-PR, Zeli da Conceição Ferreira da Silva, ministrou os cursos de Conservas Vegetais e Frutos Cristalizados e de Panificação.

Cada curso teve a duração de dois dias – no primeiro foram 11 participantes e no segundo 15. Desde o ano passado, o interesse pelos cursos de culinária tem aumentado em Santa Terezinha do Itaipu, com curso de receitas com Soja, Mandioca e Morango.



## Terra Roxa promove reunião para reestruturação

A nova diretoria do Sindicato Rural de Terra Roxa reuniu-se (27/11) com lideranças do município e com supervisores do SENAR-PR. O objetivo foi a reestruturação do Sindicato, com o diagnóstico do plano estratégico de mobilização. A nova diretoria espera que, com a nova organização da entidade, possam haver maiores possibilidades de relação com o SENAR-PR. Assim, o sindicato visa melhor atender os produtores e trabalhadores rurais com ações de qualificação e aperfeiçoamento, visando melhoria da condição econômica e social.



**Endereço para devolução:**  
Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

**EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS**



- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                 | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido             | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Recusado                 | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente    |  |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado |  |
| <input type="checkbox"/>                          |  |

Informação dada pelo  
porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Responsável